



ALEXANDRE GARCIA

"QUESTÕES PESSOAIS, ANTIPATIAS, NÃO PODEM SER CONSIDERADAS NESSA DISPUTA, MESMO PORQUE A CONSTITUIÇÃO EXIGE QUE HAJA IMPESSOALIDADE"

Distender a corda

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acaba de se manifestar sobre as dúvidas e sugestões dos militares, que visavam a mais segurança, transparência e confiança no processo de apuração. Especializados em guerra cibernética — sabem que não há segurança absoluta no mundo digital —, militares convidados pelo TSE para integrar uma comissão de transparência das eleições não permaneceram como espectadores passivos apenas para servir de avalistas do processo, mas fizeram muitas perguntas e sugeriram muitas

ações que podem afastar as desconfianças de eleitores de quaisquer dos candidatos.

O TSE permaneceu em silêncio sobre as sugestões, e até recusou pedido de um deputado para torná-las públicas. Semana passada, o ministro da Defesa sugeriu que tudo fosse divulgado. Apuração é um ato da administração pública e, como tal, precisa ter a publicidade exigida pelo artigo 37 da Constituição.

Nas respostas, o TSE burocraticamente negou tudo o que fora proposto. Coisas simples foram negadas com teimosia

adolescente. Certamente frustrou os militares, que aceitaram o convite do Tribunal como uma oportunidade de ajudar.

O calor do ano eleitoral afeta os espíritos e as emoções exacerbam as posições a respeito. De um lado, o presidente da República a advogar transparência no processo, citando os precedentes da eleição Dilma Rousseff x Aécio Neves, e do passeio do jovem hacker português no sistema do TSE. Do outro lado, ministros do TSE, como Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, a não aceitar modificações num sistema

que defendem como seguro.

As respostas de agora negando ações simples que dariam mais confiança a eleitores e candidatos, refletem um jogo de cabo-de-guerra. Entre os milhões de eleitores, formam-se torcidas de um lado e de outro, muitas vezes estimulando posições cada vez mais radicais. E os militares, de instituições permanentes de estado, estão no meio dessa corda, querendo e podendo ajudar.

As duas partes aparentemente antagônicas têm o mesmo senhor: o povo brasileiro. É possível que os personagens da contenda tenham em mente que estão servindo ao povo, e sabem que eleição é uma das ações mais sagradas do processo democrático.

Para que não parem dúvidas, como as que subsistem desde que o PSDB não conseguiu auditar os resultados de 2014, cada eleitor precisa entender como seu voto é contado e computado.

Por isso, foi sugerido um teste aleatório num maior número de urnas, inclusive as do modelo mais recente; que os TRES apurem nos estados, para não centralizar tudo num só lugar; e que o Legislativo fiscalize, que haja medidas para o caso de irregularidades e que se tenha o número de abstenções e brancos por seção. Nada disso foi aceito.

Questões pessoais, antipatias, não podem ser consideradas nessa disputa, mesmo porque a Constituição exige que haja

impessoalidade. Tensões precisam ser esfriadas para que, racionalmente, se perceba que segurança e transparência interessam a todos que não estejam mal-intencionados.

Não parece que as respostas do TSE tenham vindo para aliviar as tensões. As sugestões dos militares que, embora sob o comando supremo do presidente da República foram convidados pela própria Justiça Eleitoral a participar da Comissão de Transparência, aparecem como uma oportunidade de solução para uma corda esticada.

O que pode distensionar a corda e dar aos brasileiros um fiador de alta credibilidade popular aos resultados das urnas.

PODER

Centrão abocanha R\$ 2,8 bi

PL, PP e Republicanos, maiores partidos do grupo, foram os que mais se beneficiaram com emendas do Orçamento secreto

» CRISTIANE NOBERTO
» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Os parlamentares dos três dos maiores partidos do Centrão no Congresso — Partido Liberal, Progressistas e Republicanos — abocanharam R\$ 2.855.108.585,74 das verbas para as emendas de relator (as RP9), que compõem o chamado "Orçamento secreto". O levantamento feito pelo **Correio** se baseia nos documentos enviados ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, em resposta ao pedido de detalhamento da liberação dos recursos, de 2020 e 2021, determinado pela ministra Rosa Weber.

Ao todo, foram encaminhados à Corte 100 documentos, de 404 parlamentares — 340 deputados e 64 senadores —, a pedido do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Inicialmente, os relatores do Orçamento de 2020 e 2021, senador Marcio Bittar (União-AC) e deputado Domingos Neto (PSD-CE), afirmaram que não guardavam esses registros.

Em dezembro passado, a ministra deu 90 dias para que o sistema de monitoramento (com individualização, detalhamento e motivação da distribuição do dinheiro) do Orçamento fosse instituído. Em março, o Legislativo pediu mais três meses de prazo, mas Rosa Weber negou.

Falta de clareza

Nos dados remetidos ao STF e analisados pelo **Correio**, parte dos parlamentares não quis dar maiores informações. Outros disseram que tinham feito o detalhamento, mas não enviaram. Uma parte dos documentos estava incompreensível e houve

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Boa parte dos parlamentares que se serviu das RP9 destinaram recursos para saúde e infraestrutura

quem só mandasse números dos dois anos solicitados — assim mesmo, daquilo que ou foi apresentado, ou empenhado ou pago.

A reportagem considerou o total registrado pelos congressistas. Na relação, a maioria dos valores foi aplicada na saúde. Em seguida, as obras de infraestrutura vêm como as que receberam investimentos.

Um dos destaques do detalhamento enviado ao STF é o do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). O filho 03 do presidente Jair Bolsonaro (PL) destinou R\$ 9,5 milhões para 25

municípios paulistas. Um dos que mais recebeu a verbas foi Miracatu, no Vale do Ribeira, onde o tio, Renato Bolsonaro, é chefe de gabinete do prefeito. Os repasses chegaram a R\$ 300 mil, para a compra de equipamentos agrícolas.

Ainda segundo o relatório, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiram o destino de R\$ 537,8 milhões em emendas, entre 2020 e 2021. O deputado aplicou, ao todo, R\$ 357,4 milhões, enquanto o senador destinou R\$ 108,4

milhões em 2021 — ele informou que não indicou verbas em 2020.

A fatia de Lira mais que dobrou entre um ano e outro: foram R\$ 276,5 milhões em RP9 em 2021 contra R\$ 80,9 milhões em 2020. A maior parte do dinheiro seguiu para obras relacionadas à saúde para municípios alagoanos e mineiros, estados pelos quais os dois presidentes se elegeram.

Em nota, Pacheco afirmou que o critério para distribuição dos recursos por parte dele foi a análise das demandas dos municípios. "Apoiei essas indicações

do relator, em 2021, porque os 853 municípios de Minas são uma síntese do Brasil", afirmou. O **Correio** procurou Arthur Lira sobre as destinações feitas por ele, mas, até o fechamento desta edição, não houve resposta.

Defesa

Em uma conferência realizada em Nova York, ontem, o presidente da Câmara defendeu o Orçamento secreto. De acordo com o deputado, os valores somam menos de 1% do total do Orçamento da União — R\$ 20,1 bilhões, em 2020, e R\$ 16,9 bilhões, em 2021, do montante previsto. Cada parlamentar tem direito a cerca de R\$ 17 milhões para encaminhar às bases.

Lira criticou, ainda, a classificação de Orçamento secreto e que a questão não deveria ser tratada como um problema. "Estamos discutindo 0,03% do Orçamento brasileiro. R\$ 16,5 bilhões (valor das emendas de relator para 2022) do Orçamento do relator-geral, que viviam escondidos até 2019, nós aclaramos e gerou versões de que isso é um desmando", apontou.

O STF autorizou os repasses via RP9 quando o Legislativo se comprometeu em criar um sistema de transparência para as emendas. Lira destacou que defende o "rigor da apuração" dos órgãos de fiscalização. Mas, segundo ele, "as mudanças necessárias para um Brasil tão desigual como o nosso, tão diferente nas suas possibilidades de crescimento e de desenvolvimento só serão desenvolvidas quando 600 parlamentares, que vão e voltam todas as semanas para os seus estados, que conhecem os problemas na base, possam identificar o que deve ser feito de infraestrutura", disse.

Oposição mira dutos de gás

A oposição se mobilizou no Congresso, ontem, para questionar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a manobra do Centrão de impor a construção de milhares de quilômetros de gasodutos, a fim de viabilizar a implantação de usinas térmicas movidas a gás em regiões distantes. Além disso, o tema foi citado em reunião de parlamentares com o Tribunal de Contas da União (TCU), que demonstrou preocupação.

A proposta de aprovar um projeto bilionário que prevê a construção de gasodutos cai como uma luva para viabilizar projetos do empresário Carlos Suarez e seus sócios — únicos donos de autorizações para distribuir gás em oito estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em uma reunião no TCU sobre a privatização da Eletrobras, a bancada de parlamentares do PSB tocou no assunto. De acordo com o líder do partido na Câmara, Bira do Pindaré (MA), integrantes da Corte demonstraram preocupação por causa da discussão sobre a transição energética e o uso de energias renováveis. A construção de gasodutos para a implantação de usinas térmicas a gás, neste caso, foi considerada uma contradição.

Nos planos do Centrão está retirar R\$ 100 bilhões do lucro com a exploração do pré-sal que teriam como destino o Tesouro Nacional e direcionar para quitar o custo das obras. A articulação prevê que seja incluído um "jabuti" — termo usado para se referir a emendas que não têm relação com propostas originais — no Projeto de Lei 414, texto que trata de medidas de modernização do setor elétrico.

CB.PODER

Pesquisa eleitoral pirata: nova ameaça

» ISABEL DOURADO*

Com a aproximação das eleições, começam a circular nas principais redes sociais supostas pesquisas de intenção de voto não registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cujo único objetivo é o de confundir e induzir as pessoas. O alerta é da presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel), Mara Telles, entrevistada de ontem do **CB.Poder** — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília.

Esse é mais um episódio de

fake news, para o qual o eleitor deve ficar atento e que cabe ao TSE coibir com a ajuda desses canais — que fecharam com a Corte em acordo para evitar a disseminação de mentiras e desinformações.

"A gente tem visto institutos desconhecidos e sem legitimidade fazer pesquisas sem mostrar ao público a metodologia usada ou qual foi o questionário. São divulgadas intencionalmente para desinformar sobre o processo eleitoral. Isso tem ocorrido muito no sentido de desacreditar as pesquisas eleitorais", adverte.

Mara admite que os mecanismos de controle nas redes sociais para esse tipo de mentira são falhos. "Não tem um controle sobre o IP ou a identidade de quem as estão disseminando. As pesquisas conseguem influenciar o comportamento do eleitor em duas dimensões, são uma fonte preciosa para que se possa fazer um cálculo racional sobre as ofertas partidárias", salienta.

Segundo a presidente da Abrapel, esses levantamentos "piratas" circulam, sobretudo, no Telegram. Mara reconhece que o controle do que transita nessas duas redes é complexo, pois muitos usuários participam, geralmente, de vários grupos.

Mara lembra, porém, que o processo de desinformação não é um fenômeno que ocorre apenas no Brasil. E menciona

os Estados Unidos, onde o ex-presidente Donald Trump sugeriu a injeção de desinfetante para o tratamento de pacientes com covid-19.

A Abrapel, segundo Mara, identificou que os principais disseminadores de desinformação e mentiras são grupos ou sites de direita — que habitualmente colocam em dúvida os resultados das pesquisas eleitorais.

"A ideologia faz com que as pessoas confiem tanto nos políticos que isso passa a se sobrepôr em relação a elementos científicos. É aí que entra a ignorância deliberada das pessoas que questionam os resultados das pesquisas. E não só as de intenção de voto, mas a ciência em geral", observa.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Ed Alves/CB/D.A.Press



Mara considera difícil a contenção das mentiras em redes sociais